

O produtor e as regras da IN 51

Ausência de estímulo (bonificação por qualidade) e de suporte laboratorial são alguns dos obstáculos que retardam o cumprimento da norma.

Renato Villela

Às vésperas da entrada em vigor, a 1º de julho, dos novos parâmetros da Instrução Normativa 51, uma parte supostamente grande de produtores apresenta um produto de qualidade inferior à exigida pelos padrões de comercialização estabelecidos no País. Em Minas Gerais, maior produtor, com participação de 30% na produção nacional em 2009, o que equivale a 7,9 bilhões de litros, cerca de 35% dos produtores não estão preparados para atender às novas regras, de acordo com dados do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais.

As exigências da IN 51, que respondem à necessidade de se melhorar a qualidade do produto (veja quadro), chocam-se contra as deficiências de infra-estrutura, de treinamento de mão de obra e da falta de suporte laboratorial. A favor de sua aplicação, está o pagamento diferenciado por qualidade, considerado pelos produtores como um grande estímulo.

As principais mudanças previstas na IN 51 são as reduções dos limites de Contagem de Células Somáticas

(CCS) e de Contagem Bacteriana Total (CBT), que passarão de 750.000 cel/mL para 400.000 cel/mL e de 750.000 cel/mL para 100.000 cel/mL, respectivamente. As novas regras valem para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por mais de 80% de toda a produção nacional. As regiões Norte e Nordeste têm até julho de 2012 para se adequarem.

Indagado sobre a situação dos principais Estados produtores, frente às exigências da IN 51, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento preferiu não divulgar os números oficiais. “O percentual de produtores que não atendem aos padrões não reflete o volume de leite produzido e industrializado” explica Marcus Ribeiro de Freitas, coordenador geral substituto do Dipoa-Departamento de Inspeção de Origem Animal do Ministério.

Um levantamento feito pelo Ministério revela que existe um longo caminho a percorrer, até que todos os produtores estejam em con-

dições de atender às novas exigências. Segundo dados apresentados no IV Congresso Brasileiro de Qualidade do Leite, realizado no ano passado em Florianópolis, SC, cerca de 30% a 40% das amostras analisadas em 2009 e 2010 não atendiam a pelo menos um dos critérios de qualidade, sem considerar os novos padrões.

Levantamento do Laboratório de Qualidade de Leite da Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora, MG, confirma tais dados. De um total de amostras de 20.000 produtores nos Estados de

Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo analisadas entre 2006 e 2010, 50% apresentaram CCS acima de 400.000 cel/ml, enquanto 90% superaram o limite de 100.000 para CBT.

O produtor que entregar o leite fora dos limites estabelecidos a partir de julho não será punido, tampouco terá seu leite recusado pela indústria, ao menos por enquanto, informa Freitas. O Ministério ainda não definiu as ações a serem eventualmente tomadas nesses



A Instrução Normativa 51

Assinada no dia 18 de setembro de 2002, a Instrução Normativa 51 entrou em vigor em julho de 2005, estabelecendo limites para CCS e CBT de 1.000.000 de cel/mL. Três anos depois, em 2008, os padrões foram reduzidos para 750.000 cel/ml. Sua introdução estimulou indústrias a lançar programas de bonificação pela qualidade do produto.

Um dos pontos desafios para a redução dos limites de CCS e CBT, parâmetros indicativos da qualidade do leite, está na melhoria da qualidade da mão de obra. Segundo informa a Confederação Nacional da Agricultura, de 2005 a 2010 foram capacitados pelo

Senar-Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 338 mil trabalhadores vinculados à atividade leiteira, um crescimento anual médio de 3,84%. “A IN 51 é de extrema importância para tornar a produção brasileira mais competitiva no mercado internacional. Melhoria da qualidade do leite também significa produtividade mais elevada na fazenda”, afirma Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul.

Com a entrada em vigor dos novos parâmetros, a partir de julho, a produção brasileira deverá ter seus padrões equiparados aos existentes na Comunidade Europeia.

rão sem fornecedores. A concorrência é grande”, afirma o diretor executivo da entidade, Alfredo Luiz Correia. O Sindileite/GO planeja para abril o lançamento de um manual de Boas Práticas de Transporte, com o objetivo de auxiliar os 5.000 transportadores de leite no Estado a evitar problemas que afetem a qualidade do produto durante seu percurso da fazenda à indústria. “O cuidado no transporte está intimamente ligado à qualidade do leite que chega ao laticínio”, explica.

A prática de remuneração por qualidade tem apresentado resultados positivos. De acordo com a Clínica do Leite, laboratório sediado em Piracicaba, SP, responsável pela análise de cerca de 30% do leite produzido no País – 300.000 amostras mensais provenientes de 350 indústrias – 70% das amostras de produtos processados por laticínios que não pagam por qualidade estariam fora dos novos padrões de CBT, que entram em vigor a partir de julho, contra apenas 16% das análises oriundas de indústrias que bonificam por qualidade. No mesmo levantamento feito pela Clínica do Leite, metade das análises para CCS estariam acima de 400.000 cel/ml, independentemente de haver ou não bonificação por qualidade.

Segundo Paulo Fernandes Machado, professor da Esalq/USP e coordenador da Clínica do Leite, a remuneração diferenciada estimula o produtor a investir na qualificação da mão de obra e na melhoria

do sistema de refrigeração, pontos-chave no controle da CBT, parâmetro associado às questões de higiene e de resfriamento. “A CBT é relativamente simples de ser reduzida. Basta adotar medidas de boas práticas de higiene na ordenha e resfriar rapidamente o leite. O problema maior reside na CCS, que não é muito valorizada pelos programas”, explica o professor.

Para Machado, é um erro atribuir somente aos programas de bonificação a melhoria na qualidade do leite. “Às vezes, o estímulo vem da punição. Se o leite for rejeitado pela usina por não atender os requisitos normativos, o produtor se sentirá estimulado a melhorar a sua qualidade”, afirma. O coordenador da Clínica do Leite lembra que nos Estados Unidos e em países europeus os produtores recebem, juntamente com o extrato de pagamento mensal, o valor debitado em sua conta correspondente ao leite entregue com células somáticas acima do limite estabelecido.

A CCS é considerada pelos técnicos como o item de maior dificuldade para o cumprimento da IN 51. Eles reconhecem que reduzir seus níveis é uma tarefa difícil e de longo prazo. Guilherme Nunes de Souza, pesquisador da Embrapa Gado

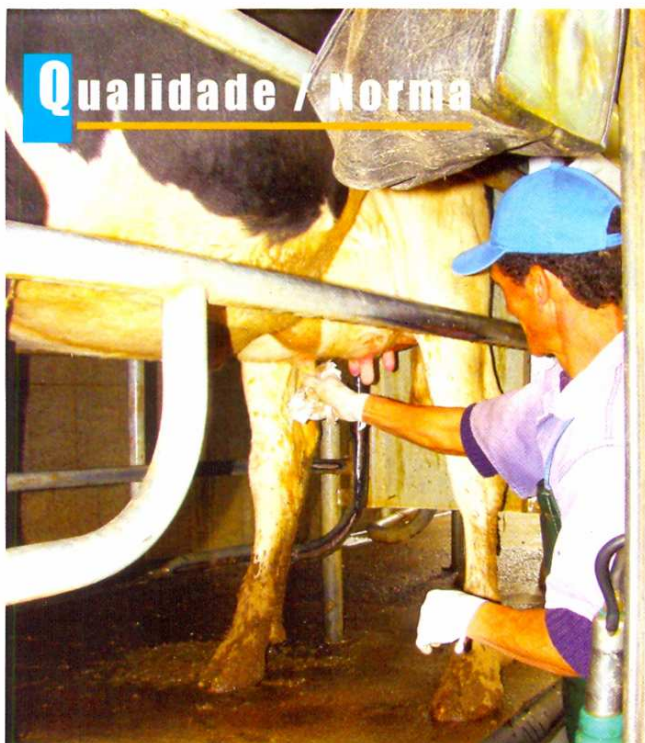


casos. “Esse assunto está em discussão com os diversos setores da cadeia produtiva. Qualquer ação a ser adotada será balizada pelo consenso entre a sociedade e o governo”, afirma. O coordenador do Dipoa ressalta que o Programa Nacional de Qualidade do Leite, no qual está inserida a IN 51, “não é um instrumento de punição ou de exclusão de produtores, mas sim um programa que visa à melhoria da qualidade”.

Pagamento por qualidade

Enquanto aguarda as diretrizes do Ministério, a indústria procura cumprir seu papel para o sucesso na implantação da IN 51. “Estamos orientando os laticínios a intensificar seus programas de pagamento por qualidade e assistência técnica”, relata Alessandro Rios, presidente do sindicato mineiro da indústria. Segundo ele, boa parte das empresas adota uma política de remuneração ao produtor, a exemplo do que ocorre em Goiás, conforme informação do Sindileite-Sindicato da Indústria de Laticínios no Estado.

“As empresas já entenderam que, se não remunerarem pela qualidade, fica-



Mão de obra treinada melhora a qualidade do leite



Suporte laboratorial é fundamental para o sucesso da IN 51

de Leite, menciona o exemplo do Reino Unido, para ilustrar a dificuldade. “Em 1979, cerca de 63% do rebanho de leite apresentava CCS anual acima de 400.000 cel/ml. Em 2001, o percentual caiu para apenas 3%. Ou seja, foram necessários 22 anos para se alcançar esse patamar”, diz.

O aumento de células somáticas no leite decorre de processos inflamatórios da glândula mamária, em especial a mastite. Uma pesquisa da Embrapa junto a mais de 300 produtores mostrou que as medidas de controle e prevenção da doença não são bem difundidas e empregadas a contento pelos produtores. Souza credits a falha à ausência de um sistema abrangente de pagamento por qualidade e afirma que é preciso “fortalecer a transferência e difusão de tecnologia para o setor leiteiro”.

“Estamos orientando os laticínios a intensificarem seus programas de pagamento por qualidade”

A maioria dos produtores atribui a presença da doença em seus rebanhos à sua ocorrência subclínica, que não apresenta sintomas aparentes. Proprietário da Fazenda Sant’Ana, em São Lourenço, MG, José Heli Dias Pereira diz que tentou vários tratamentos, mas o problema persiste no rebanho, cujo leite apresenta

CCS em torno de 500.000 a 600.000 cel/ml. “Vou ter dificuldade para cumprir as novas regras”, relata.

De acordo com José Heli, os índices elevados são uma realidade em toda a região. Para Souza, da Embrapa Gado de Leite, o desafio de controlar a mastite sub-clínica é maior porque, além de exigir manejo para a prevenção da doença, “há necessidade de um suporte laboratorial permanente, para identificação dos animais com infecção crônica”. Pereira informa que envia as amostras de leite para a cooperativa que as encaminha para exame em São Paulo, processo que se prolonga por 15 a 20 dias, do envio até o recebimento do resultado, o que retarda a identificação dos animais doentes e o tratamento.

De acordo com o Ministério, são apenas oito os laboratórios integrantes da Rede Brasileira de Qualidade do Leite, para atender a toda demanda nacional. Há previsão de implantação de mais duas unidades. Para Bruno Lucchi, assessor técnico da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura, o problema não é a rede laboratorial, mas o atendimento prestado

por ela.”O Ministério deveria padronizar os serviços oferecidos. Assim, um produtor de Minas Gerais não teria por que enviar suas amostras para um laboratório de São Paulo, que se destaca por sua eficiência”, afirma. O Ministério diz que cada laboratório credenciado é submetido a avaliações periódicas, “afim de se verificar eventuais incorreções e melhorar os procedimentos analíticos”.



Para Paulo Machado, da Clínica do Leite/Esalq, a prevenção e o combate à mastite dependem também do nível de informação do produtor.

“O setor poderia investir em campanhas do tipo ‘Zé gotinha’, que é muito eficiente, para alertar as pessoas”, diz, referindo-se ao símbolo da campanha nacional contra a poliomielite ou paralisia infantil.

Machado defende que o Ministério da Agricultura tenha um programa nacional específico para a mastite, a exemplo do que ocorre no caso da brucelose e da tuberculose. Em resposta, o Ministério afirma que as mastites “não estão enquadradas dentre as doenças que ensejam, neste momento, políticas públicas de saúde animal”. “Sabe-se que há forte influência do manejo na incidência da mastite, e que o setor privado é plenamente capaz de lidar com ela”, afirma o coordenador do Dipoa. ■